



**MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA**  
**PREFEITURA DE FLORESTA DO ARAGUAIA**

**PARECER JURÍDICO**

Assunto: Análise do pedido de impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2026/SRP - Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Modernização da Rede Municipal de Iluminação Pública.

Impugnante: Zagonel Iluminação S.A. (CNPJ 44.233.812/0001-52).

Data do Pedido: 19 de março de 2026.

**1. Dos Fatos**

O Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2026/SRP, devidamente publicado pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes, tem como objetivo principal o registro de preços para a aquisição futura e eventual de materiais elétricos essenciais à manutenção e modernização da rede municipal de iluminação pública.

A impugnação apresentada pela empresa **Zagonel Iluminação S.A.** refere-se aos itens relacionados às **luminárias públicas de LED**, com apontamentos específicos quanto às exigências técnicas constantes do Termo de Referência.

**2. Análise Jurídica Detalhada**

**2.1. Tempestividade e Legitimidade Ativa**

Reconhecem-se tanto a tempestividade quanto a legitimidade ativa da impugnação, uma vez que o pedido foi apresentado dentro do prazo editalício e em conformidade com o artigo 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

**2.2. Do vidro plano temperado**

As alegações apresentadas são procedentes. Verifica-se que a exigência específica de vidro plano temperado pode restringir indevidamente o universo de competidores, sem demonstração, em princípio, de imprescindibilidade técnica que justifique a manutenção da redação atualmente prevista.

Assim, deve ser realizada consulta de mercado para verificação das demais opções disponíveis, com a consequente adequação da especificação, de modo a contemplar todas as alternativas tecnicamente aptas a atender à demanda municipal, sem prejuízo da qualidade e do desempenho exigidos.

Dessa forma, **opina-se pelo acolhimento da impugnação neste ponto.**

**2.3. Da indicação de potência máxima**



**MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA**  
**PREFEITURA DE FLORESTA DO ARAGUAIA**

A impugnante sustenta, em síntese, que a exigência de potência fixa para as luminárias, a exemplo de 200W, restringe indevidamente a competitividade do certame, ao impedir a participação de produtos que, embora possuam potência nominal inferior à especificada, sejam capazes de atender, ou até superar, o desempenho luminoso exigido pela Administração. Argumenta, ainda, que tal exigência pode comprometer a eficiência energética e a economicidade da futura contratação.

Assiste razão à impugnante neste ponto. De fato, a fixação de potência nominal específica, sem a correspondente abertura para soluções tecnológicas mais eficientes, pode limitar indevidamente a ampla competitividade, notadamente quando existirem no mercado luminárias com menor consumo de energia e desempenho luminoso equivalente ou superior ao pretendido pela Administração.

Dessa forma, acolhe-se a impugnação neste aspecto, devendo ser promovida a adequação das especificações técnicas, com a substituição da exigência de potência fixa pela exigência de **potência máxima**, de modo a admitir a apresentação de produtos com potência inferior, desde que atendido o **fluxo luminoso mínimo** exigido para cada item. Em complemento, mostra-se igualmente necessária a revisão do critério técnico atualmente expresso em **lúmens por watt (lumens/watts)**, a fim de que passe a constar, de forma mais objetiva e compatível com a finalidade da contratação, a exigência de **fluxo luminoso efetivo mínimo por luminária**.

Dessa forma, **opina-se pelo acolhimento da impugnação neste ponto**, com a consequente retificação das especificações técnicas correspondentes.

#### **2.4. Da temperatura de cor**

Verifica-se que a presente alegação se refere exclusivamente aos itens **28/29**, correspondentes à **luminária de LED de 150W, modelo pétala**. Sustenta a impugnante, em síntese, que a exigência de temperatura de cor fixada no instrumento convocatório revela-se excessivamente restritiva, diante da existência de soluções amplamente aceitas no mercado com temperatura de cor inferior, sem prejuízo à qualidade, ao desempenho e à finalidade da contratação.

A alegação merece acolhimento parcial. Com efeito, a especificação técnica deve ser ajustada de modo a ampliar a competitividade do certame, sem comprometer o atendimento da necessidade administrativa, permitindo-se, assim, a apresentação de luminárias com **temperatura de cor de 5.000K**, desde que atendidas as demais exigências técnicas, de desempenho e de qualidade previstas para o item.

Dessa forma, **opina-se pelo acolhimento parcial da impugnação neste ponto**, com a consequente retificação da especificação dos itens 28/29.



### **2.5. Da temperatura de operação da luminária**

Verifica-se que a presente alegação se refere exclusivamente aos itens **28/29**, correspondentes à **luminária de LED de 150W, modelo pétala**. Sustenta a impugnante, em síntese, que a exigência de faixa específica de temperatura de operação revela-se restritiva, por limitar a participação de produtos que, embora apresentem variação nesse parâmetro, atendem às normas técnicas aplicáveis e possuem desempenho compatível com a necessidade da Administração.

A alegação é procedente. De fato, a exigência de limite previamente estipulado para a temperatura de operação, sem demonstração de imprescindibilidade técnica específica, pode restringir indevidamente a competitividade do certame, sobretudo quando houver no mercado produtos que atendam às normas brasileiras pertinentes e detenham as certificações exigidas no edital, notadamente **INMETRO** e **PROCEL**, sem prejuízo à qualidade, à segurança e ao desempenho do objeto.

Dessa forma, **opina-se pelo acolhimento da impugnação neste ponto**, devendo ser promovida a alteração da especificação técnica dos itens 28/29, com a retirada da exigência relativa à faixa de temperatura de operação da luminária.

### **2.6. Do preço de referência supostamente inexequível**

Quanto às alegações de irregularidades na formação dos preços médios de referência, verifica-se que eventual necessidade de revisão da estimativa decorre, precipuamente, das alterações a serem promovidas nas especificações dos produtos.

Desse modo, uma vez procedidas as adequações técnicas pertinentes, faz-se necessária a realização de **nova pesquisa de preços**, em observância ao disposto na **Lei nº 14.133/2021**, a fim de que o valor estimado da contratação reflita adequadamente as condições atualizadas do objeto.

Dessa forma, **opina-se pelo acolhimento da impugnação neste ponto**, exclusivamente para fins de refazimento da pesquisa de preços após a revisão das especificações técnicas.

## **3. Conclusão e Decisão**

Ante o exposto, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, este parecer opina pelo **CONHECIMENTO** da impugnação, por tempestiva e legítima, e, no mérito, pelo **ACOLHIMENTO PARCIAL**, nos seguintes termos:

### **3.1. Argumentos acolhidos:**



**MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA**  
**PREFEITURA DE FLORESTA DO ARAGUAIA**

a) Exigência de vidro plano temperado – acolhida para que seja realizada consulta de mercado e promovida a adequação da especificação técnica, contemplando todas as alternativas tecnicamente aptas a atender à demanda municipal.

b) Indicação de potência fixa (ex.: 200W) – acolhida para substituição da exigência de potência fixa por potência máxima, admitindo-se produtos com potência inferior desde que atendido o fluxo luminoso mínimo exigido, com a consequente revisão do critério técnico para fluxo luminoso efetivo mínimo por luminária.

c) Temperatura de cor (itens 28/29 – luminária LED 150W, modelo pétala) – acolhida parcialmente, devendo ser ajustada a especificação para permitir a apresentação de luminárias com temperatura de cor de 5.000K, desde que atendidas as demais exigências técnicas, de desempenho e de qualidade previstas para o item.

d) Temperatura de operação (itens 28/29 – luminária LED 150W, modelo pétala) – acolhida para retirada da exigência relativa à faixa específica de temperatura de operação, por ausência de demonstração de imprescindibilidade técnica, mantendo-se as exigências de certificação INMETRO e PROCEL.

e) Preço de referência – acolhido para fins de realização de nova pesquisa de preços após a revisão das especificações técnicas, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**3.2. Providências cabíveis:**

- A Comissão de planejamento de Licitação deverá revisar o Anexo I (especificações técnicas) nos pontos indicados, promovendo as adequações necessárias para garantir a competitividade sem prejuízo da qualidade e do desempenho exigidos;
- Promovidas as adequações, faz-se necessária a realização de nova pesquisa de preços e a republicação do instrumento convocatório com reabertura do prazo inicial, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

**3.3. Demais alegações**

Prejudicadas as demais alegações não especificamente analisadas neste parecer ou que restaram prejudicadas pelas adequações técnicas ora determinadas.

Nestes termos,

**Opina-se pelo acolhimento parcial da impugnação.**

Floresta do Araguaia/PA, aos 13 dias do mês de abril de 2026.

**CHEUMO EUGÊNIO MENDES**  
**OAB/PA 26.172-A**